

AS POLÍTICAS HABITACIONAIS E A REALIDADE NA CIDADE DE SÃO PAULO

HABITATIONAL POLICIES AND REALITY IN THE CITY OF SÃO PAULO

LAS POLÍTICAS HABITACIONALES Y LA REALIDAD EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO

Cristina Gomes Baltazar

Doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP, Mestra em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas (2013), especialista em Projetos Sociais pelo SENAC/SP (2009), graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2007), Assistente social na Secretaria Municipal de habitação de São Paulo, Coordenadora do grupo de pesquisa de Iniciação Científica - Habitação de Interesse Social - e docente na Universidade Nove de Julho.

E-mail: cristinabaltazar@uni9.pro.br

Gabriel Marques Macário

Graduando em Serviço Social e membro do grupo de pesquisa de Iniciação Científica - Habitação de Interesse Social, Universidade Nove de Julho.

E-mail: g.m.macario@gmail.com

Guilherme Augusto de Macedo

Graduando em Serviço Social e membro do grupo de pesquisa de Iniciação Científica - Habitação de Interesse Social, Universidade Nove de Julho.

E-mail: demacedogui@gmail.com

Patrick Chiali

Graduando em Serviço Social e membro do grupo de pesquisa de Iniciação Científica - Habitação de Interesse Social, Universidade Nove de Julho.

E-mail: patrickchialis2@gmail.com

RESUMO

O presente artigo terá como objetivo elucidar a presença das habitações de interesse social (HIS) para a população de baixa renda nas áreas com grande vulnerabilidade social, uma vez que a HIS terá como principal objetivo facilitar o acesso à moradia digna e segura à população de baixa renda residente principalmente em áreas de assentamentos precários, ou seja, áreas que têm risco de enchentes, deslizamentos, rompimento de margem de rio e que põem a integridade física ou material/sentimental de seus residentes em perigo. Acompanharemos essas áreas nas subprefeituras de três zonas do Município de São Paulo, as Zonas Norte, Sul e Leste.

Palavras-chave: Assentamentos Precários, Habitação de Interesse Social, Indicadores Sociais, População de Baixa Renda, Riscos Geológicos.

ABSTRACT

This article aims to elucidate the presence of social interest housing (HIS) for the low-income population in areas with great social vulnerability, since the main objective of HIS is to facilitate access to decent and safe housing for the population of low income resident mainly in precarious settlement areas, ie areas that are at risk of flooding, landslides, river bank disruption and that endanger the physical or material / sentimental integrity of their residents. We will accompany these areas in the sub-prefectures of three zones of the Municipality of São Paulo, the North, South and East Zones.

Keywords: Precarious Settlements, Social Interest Housing, Social Indicators, Low Income Population, Geological Risks.

RESUMEN

El presente artículo tiene el objetivo de dilucidar la presencia de las viviendas de interés social (VIS) destinadas a la población de baja renta en áreas de gran vulnerabilidad social, una vez que la VIS tendrá como principal objetivo facilitar el acceso a la vivienda digna y segura a la población de baja renta que vive principalmente en áreas de asentamiento precario, es decir, áreas de alto riesgo en materia de inundaciones, deslizamientos, rupturas de márgenes de ríos, que ponen en peligro la integridad física o material/sentimental de los habitantes. Observaremos esas áreas en las sub-alcaldías de tres zonas del Municipio de São Paulo, las zonas norte, sur y este.

Palabras-clave: Asentamientos Precarios, Vivienda de Interés Social, Indicadores Sociales, Población de Baja Renta, Riesgos Geológicos.

INTRODUÇÃO

A discussão do presente trabalho procura entender se o Programa de Habitação de Interesse Social cumpre com o seu objetivo, que de forma sucinta, refere-se à construção de Habitações de Interesse Social (HIS) para população de baixa renda, com o objetivo de oferecer-lhes moradia digna, acesso à cidade e não somente uma unidade habitacional construída nas franjas urbanas da cidade e em um formato arquitetônico padrão, que não respeita a cultura das famílias e promove isolamento respeito aos serviços urbanos e sociais.

Isto posto, entender a HIS como uma moradia digna, de acordo com o Plano Nacional de Habitação– PNH (2004), pressupõe infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais. É preciso priorizar o atendimento habitacional às famílias que vivem em áreas de risco e insalubridade, ou seja, trata-se de pensar em estar bem e viver bem, nunca em sítiar e evitar o acesso à cidade.

Para estudar esse cenário de HIS, elegemos a cidade de São Paulo como campo de pesquisa, por ser a maior metrópole do Brasil, com 14,71 milhões de habitantes (IBGE, 2019), a mais rica, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 687.035.890, e a que possui maior concentração de assentamentos precários, com 1677 (PDMASp, 2016), o que deixa clara a desigualdade social.

Com base nas leituras do último Censo do IBGE (2010), o principal fator que evidencia a desigualdade social é o fator renda, porque, como bem destaca Bonduki, em “Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da

casa própria” (1998), desde o período colonial da história brasileira, com a promulgação da Lei de Terras, se estabelece uma clivagem social, entre quem pode ter uma propriedade (elite) e aquele que não pode adquirir uma propriedade (pobre, o não escravo) em virtude a sua “estratificação social”, que se relaciona com sua baixa ou inexistente condição social.

Dessa forma, optamos por utilizar alguns dos principais indicadores socioeconômicos; como renda - renda média mensal (Per Capita); Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Longevidade, Mobilidade Urbana e Educação.

E para além desses indicadores, sustentamos a importância de analisar os territórios das subprefeituras, de acordo com: número de habitantes, índice de risco geológico, número de domicílios, número de assentamentos precários e a quantidade de habitações de interesse social. Neste artigo, consideramos os empreendimentos habitacionais verticais.

Os indicadores e eixos escolhidos coadunam para compreender se o Programa de Habitação de Interesse Social está cumprindo com a sua proposta. Assim, elegemos três zonas territoriais do Município de São Paulo, por apresentarem discrepâncias sociais, especificamente, as zonas Norte, Sul e Leste e suas respectivas subprefeituras⁵.

DESENVOLVIMENTO

Ao levantarmos o questionamento se o “Programa de Habitação de Interesse Social cumpre com o seu objetivo” nos territórios selecionados, entendemos por que a situação de moradia é um fator fundamental para o desenvolvimento social.

‘Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, artigo XXV, n. 01).

Todavia, percebe-se a falta de comprometimento com esse direito, que não se garante a uma grande parcela da sociedade. Esse fato produz principalmente desigualdade e vulnerabilidade, impostas socialmente; assim, impossibilita-se o acesso à moradia “que principalmente nas últimas décadas, vem sendo produto e produtor dos processos de

periferização, segregação, degradação ambiental, má qualidade de vida e violência nas cidades” (HOLZ 2008). Frente a esse problema, usaremos indicadores sociais para elucidar e conduzir o presente artigo.

Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de um significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas) (JANUZZI, 2001, p.15).

Ou seja, é “o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados” (JANUZZI, 2001). Ressaltamos que no presente trabalho não temos a pretensão de esmiuçar os indicadores sociais e sim realizar uma leitura crítica a partir dos dados oriundos dos mesmos.

Iniciamos apresentando os indicadores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Ambos são indicadores sociais de caráter descritivo, voltados a propor e construir medidas-resumo – indicadores sintéticos – da realidade social vivenciada pela população brasileira (JANUZZI; GUIMARÃES, 2005). Desse modo teremos o indicador IDH para uma avaliação de âmbito nacional e o IDH-M para análise municipal.

[...] Ambos os índices sintetizam as mesmas três dimensões (Renda, Educação e Longevidade), e as principais adaptações foram feitas nos indicadores de Renda e de Educação, com o propósito de que os indicadores envolvidos refletissem, com mais precisão, o desenvolvimento humano da população efetivamente residente em cada município (JANUZZI; GUIMARÃES, 2005 p.80).

Desse modo possuímos dados mais concretos que visam clarificar as dimensões que serão aqui trazidas a partir das singularidades e demandas de cada zona apresentada no Município de São Paulo. Cria-se uma hiperligação com as necessidades de cada território, entendendo-se o mesmo como o “chão” das políticas públicas, de forma a discutir a ocupação do espaço da cidade.

Ocupações inseridas em parcelamentos informais ou irregulares, localizadas em áreas urbanas públicas ou privadas, utilizadas predominantemente para fins de moradia como favelas, núcleos habitacionais, loteamentos irregulares ou clandestinos e conjuntos habitacionais de interesse social não regularizados (BRASIL, Lei 16050/14, Quadro 1, 2014.).

A nossa discussão permeia territórios que contêm os denominados assentamentos precários, portanto, podem ser definidos por más condições de habitabilidade e de

mobilidade. Os exemplos mais claros são as favelas e cortiços. Um assentamento é o conjunto de moradias precárias (cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, além dos conjuntos habitacionais degradados) que, por sua vez, incluem quantidades de domicílios, que são contabilizados por assentamento.

A partir da compreensão do conceito de assentamento precário é importante saber que a HIS, “é um tipo de habitação destinada à população cujo nível de renda dificulta ou impede o acesso à moradia através dos mecanismos normais do mercado imobiliário” (BONDUKI, 1998, p.334) ou seja, a HIS, em sua maior parte, é destinada para a população residente em assentamentos precários que demandam a intervenção de políticas públicas.

A função primordial da habitação é a de abrigo, com o desenvolvimento de suas habilidades, o homem passou a utilizar materiais disponíveis em seu meio, tornando o abrigo cada vez mais elaborado. Mesmo com toda a evolução tecnológica, sua função primordial tem permanecido a mesma, ou seja, proteger o ser humano das intempéries e de intrusos (ABIKO, 1995, p.3).

Uma habitação social torna-se diferente de qualquer outra habitação, simplesmente pela pouca disponibilidade financeira de seus moradores. As necessidades são as mesmas, mas, em função do objetivo de minimizar os custos do investimento, os espaços são reduzidos e os projetos são simplificados. Quando colocamos em pauta a redução dos espaços é necessário colocar em pauta também áreas com risco geológico.

O risco geológico, para Cerri (1993), é entendido como “situação de perigo, perda ou dano, ao Homem e suas propriedades, em razão da possibilidade de ocorrência de processos geológicos, induzidos ou não”. Infelizmente há assentamentos localizados em morros, que estão fortemente sujeitos à escorregamentos ou em locais próximos a rios e córregos desviados, que sugerem grande risco de enchentes e alagamentos.

Zona Norte de São Paulo

Segundo o Censo de 2010, a zona norte de São Paulo está composta por 2.214.654 habitantes, possui uma área de 295,3 km² e densidade demográfica de 136.335 Hab/km² (Sposati, 2016). A zona norte é dividida em Nordeste e Noroeste (Norte I e Norte II respectivamente), as subprefeituras Jaçanã, Santana e Vila Maria compõem a região da Norte I, já na Norte II estão as subprefeituras Perus, Casa Verde, Pirituba e Freguesia do Ó.

Sem informações da realidade não se elaboram diagnósticos efetivos, não se criam parâmetros avaliativos, não se constroem indicadores, não se traz à tona a complexidade das condições de vida dos moradores (KOGA, 2004, p.1).

Os dados do Plano Decenal de Assistência Social de 2016 mostram que a Norte I é marcada pelo maior desenvolvimento e pela maior renda da região, enquanto a Norte II é apontada pelo maior índice de vulnerabilidade, maior quantidade de assentamentos precários e dificuldade de acesso a políticas públicas. A partir da coleta de dados de subprefeituras e das informações apresentadas sobre a zona norte discutiremos fatores de desigualdade presentes na mesma, especificamente nas subprefeituras da Freguesia do Ó, Pirituba, Casa Verde, Santana e Vila Guilherme.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de subprefeituras específicas da Zona Norte – 2019

SUBPREFEITURAS	IDH	IDH-M EDUCAÇÃO	IDH-M LONGEVIDADE	IDH-M RENDA
Freguesia do Ó	0,762	0,692	0,854	0,748
Jaraguá	0,787	0,724	0,870	0,774
Casa Verde	0,799	0,730	0,883	0,792
Santana	0,869	0,810	0,903	0,868
Vila Guilherme	0,793	0,718	0,881	0,787

Fonte: Prefeitura de São Paulo. - Gonçalves & Maeda, 2017; Elaboração Própria

■ **MAIORES ÍNDICES** ■ **MENORES ÍNDICES**

A subprefeitura da Freguesia do Ó apresenta os piores Índices de Desenvolvimento Humano, possui o pior índice geral, e em educação e longevidade. Jaraguá fica em 2º lugar como região mais precária, exceto no indicador IDHM Educação, onde a Vila Guilherme ocupa o segundo posto, presumivelmente a partir da menor quantidade de escolas na subprefeitura, segundo o PDMA Sp (2016).

A subprefeitura Santana possui o maior IDHM dentre os apresentados. Essa região dispõe da maior renda da zona norte e do maior número de escolas, com 178 (Censo Escolar 2018). Os indicadores apresentados se refletem diretamente na longevidade dos habitantes, uma vez que há melhor condição de vida, vive-se melhor no território.

Tabela 2 – Contextualização do território a partir de indicadores – 2019

SUBPREFEITURAS	População	Assentamentos Precários	Nº de Domicílios	Renda (R\$)	HIS	Unidade Habitacional por HIS
Freguesia do Ó	416,225	115	24.708	1183,84	3	795
Jaraguá	258,422	104	17.842	2564,26	39	1538
Casa Verde	310,452	45	11.801	2309,69	10	1726
Santana	321	17	1.524	2603,00	2	860
Vila Guilherme	295	49	6.602	3033,04	3	1800

Elaboração Própria Fonte: Plano Decenal de Assistência Social Fonte: Rede Nossa São Fonte: Habitasampa

■ MAIORES ÍNDICES ■ MENORES ÍNDICES

Observando a Tabela 2, notamos que a população elevada de Santana não está interligada à quantidade de domicílios. É necessário frisar que ocorre um “salto urbano”, onde parte da população migra para buscar ocupação, causando um déficit na análise. A subprefeitura da Freguesia do Ó possui o maior número de assentamentos (115), com 24.708 domicílios. A mesma possui apenas 3 empreendimentos habitacionais de interesse social.

A subprefeitura de Jaraguá por sua vez possui 104 assentamentos precários, com um total de 17.842 domicílios. Apesar das duas subprefeituras estarem inseridas na parte mais vulnerável da zona norte e possuírem indicadores semelhantes, Jaraguá possui 40 empreendimentos de habitação de interesse social.

Para esclarecer essa discrepância, é necessário fazer a análise de risco geológico. A Freguesia do Ó está inserida na Serra da Cantareira, onde há riscos de escorregamentos de terras e tem menor acesso a transporte e meios de locomoção, de acordo com a Prefeitura de São Paulo.

Portanto, para a instalação de um empreendimento, é extremamente necessário que o território possua uma estrutura de acesso à locomoção, saúde, empregos, cultura etc. para a garantia da autonomia, emancipação e bem-estar da população.

Zona Leste

Segundo o Censo 2010, a Zona Leste de São Paulo está composta por 3.710.576 habitantes e se estende em uma área de 326,800 km². É a região que apresenta o maior número de habitantes da cidade de São Paulo, entretanto em extensão territorial perde para a Zona Sul, que tem 740,55 km².

A Região da Zona Leste divide-se em Leste I e Leste II. A primeira está situada mais próximo da região central, enquanto a Leste II está localizada ao extremo da região central

Caderno Humanidades em Perspectivas - II Simpósio de Pesquisa Social e II Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial Outubro/2019 283

do Município de São Paulo. A zona leste possui 31 distritos, a Leste I conta com 14 distritos distribuídos entre as 4 subprefeituras (Aricanduva, Mooca, Penha e Vila Prudente) e a Leste II com 17 distritos em 7 subprefeituras - Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Itaim Paulista, Itaquera, São Mateus e São Miguel (PDMASp, 2016).

A partir do cenário elucidado, elegemos cinco subprefeituras da Zona Leste, a Mooca e a Penha, por apresentarem os melhores indicadores e as três subprefeituras com os piores índices, que são: Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo e Guaianases. Assim, com o auxílio dos indicadores IDH's —Municipal; Educação; Longevidade e renda, versus o número de assentamentos precários e seu número de domicílios; os empreendimentos de habitações de interesse social e suas respectivas unidades habitacionais, obtém-se um retrato desses espaços.

Tabela 3 – Os indicadores por subprefeitura na Zona Leste - 2019

SUBPREFEITURA	POPULAÇÃO	IDHM	IDHM EDUCAÇÃO	IDHM LONGEVIDADE	RENDA (R\$)	ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	Nº DE DOMICÍLIOS	HIS	UNIDADE HABITACIONAL POR HIS
Mooca	305.127	0.869	0.797	0.909	2.226.23	5	1.092	5	803
Penha	473.810	0.804	0.750	0.880	1.916.37	42	9.857	62	206.436
Cidade Tiradentes	225.672	0.706	0.664	0.790	4.252.35	14	3.136	237	22.046
Ermelino Matarazzo	208.173	0.777	0.738	0.850	1.785.90	29	4.023	3	33
Guaianases	277.445	0.713	0.660	0.837	1.486.58	45	6.004	67	2.398
Elaboração Própria (PDMASp)		PNUD; FJP; IPEA, 2013; Prefeitura de SP			Rede Nossa São Paulo	(PDMASp)		HABITASAMPA	

■ MAIORES ÍNDICES ■ MENORES ÍNDICES □ SEM DESTAQUE

As regiões que detêm os melhores indicadores são Mooca e Penha. Destacam-se nos índices de desenvolvimento humano, tanto em educação, IDH Municipal e longevidade; em especial a Mooca, que detém as melhores posições em quase todos os índices. A Mooca possui uma das maiores rendas da Zona Leste segundo a Rede Nossa São Paulo e também uma das menores áreas de assentamentos precários e HIS, ou seja, tem infraestrutura e desenvolvimento de qualidade, mobilidade e não oferece riscos à população; consolida-se assim como uma das melhores regiões da Zona Leste.

De um lado, há os melhores índices de desenvolvimento, e do outro nos deparamos com Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo e Guaianases, com os piores índices de desenvolvimento; apenas no eixo educação, Ermelino Matarazzo sobressai, pois “De 1980 a 2010, temos as décadas das escolas privadas no distrito e um destaque para as escolas municipais” (DANTAS; PEROSA, 2012, p.21).

Ou seja, essa boa colocação de Ermelino Matarazzo pode ter se dado justamente pela intensificação, desde 1980, da criação de escolas públicas e privadas na região. Porém as instituições de ensino privadas foram criadas em localização específica, onde habitavam pessoas com maior poder aquisitivo (DANTAS; PEROSA, 2012). Guaianases e Cidade Tiradentes possuem os piores indicadores e concentram um número expressivo de assentamentos precários e habitações de interesse social.

Podemos dizer que o extremo da Zona Leste encontra-se em maior vulnerabilidade social, tanto em desenvolvimento, como em infraestrutura e qualidade de vida, pois a terra urbanizada, com infraestrutura, serviços e equipamentos públicos tornou-se cada vez mais cara, o que obrigou à população de baixa renda procurar lugares mais distantes, precários e perigosos, assim como a ocupação irregular (BONDUKI, 2008).

A Habitação de Interesse Social se insere nesse contexto pois virá para garantir o acesso da população de baixa renda à moradia digna e sustentável (Art. 2º, inciso I da Lei Nº 11.124 de 16 de Junho de 2005); dará a oportunidade às famílias de deixarem áreas de precariedade para aceder a moradias seguras, com infraestrutura e saneamento básico.

A Zona Leste de São Paulo, como podemos ver na Tabela 3, possui número significativo de HIS, como é o caso da região da Penha, que detém o maior número de unidades habitacionais. A região da Cidade Tiradentes possui o maior número de HIS e de unidades habitacionais. Ao contrário da Mooca e Ermelino Matarazzo, que possuem baixíssimo número de empreendimentos e unidades habitacionais.

As HIS serão criadas principalmente em locais com áreas significativas de assentamentos precários e de vulnerabilidade, como podemos ver na Cidade Tiradentes, que possui níveis baixos de assentamentos precários mas, por outro lado, possui altos índices de vulnerabilidade (tais como o desenvolvimento na educação, no município e de longevidade).

A Zona Leste de São Paulo possui 380 áreas de assentamentos precários e 91.838 moradias precárias (Sposati 2016). Com tamanha extensão de áreas precárias, nem sempre a Política Habitacional conseguirá atender toda a demanda exigida, ou por falta de apoio dos governantes passados e atuais, ou pela liberação de recursos necessários para atender toda a demanda ou por qualquer outro empecilho que impeça a Política de Habitação de avançar em tais áreas.

Zona Sul de São Paulo

Segundo o Censo 2010, a Zona Sul possui a maior extensão territorial da cidade de São Paulo, com 732.800 km². Esse território não fazia parte do município e encontrava-se separado territorialmente da capital paulista, porém em fevereiro de 1935, após o Decreto Estadual⁶, o Município de Santo Amaro, passa a ser reconhecido como a Zona Sul da cidade de São Paulo, que ficou dividida em 10 subprefeituras, de onde foram extraídos os dados que compõem a análise desse artigo.

Dentro dessa perspectiva, selecionamos cinco regiões das subprefeituras da Zona Sul (Campo Limpo, M'Boi Mirim, Parelheiros, Santo Amaro e Vila Mariana), duas dessas com o maior número de assentamentos precários e três com os menores, para que e evidencie a visualização da influência da moradia precária no desenvolvimento dos respectivos territórios, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4: Dados das regiões das Subprefeituras da Zona Sul – 2019

SUBPREFEITURA	ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	Nº DE DOMÍLIOS	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO RURAL	HIS	UNIDADE HABITACIONAL POR HIS
Campo Limpo	183	58,291	578,857	-	85	244,519
M'Boi Mirim	164	40,266	544,446	3,583	18	27,526
Vila Mariana	11	977	294,627	21,097	1	80
Santo Amaro	34	3,699	207,421	-	10	4,374
Parelheiros	38	4,100	148,239	-	0	0
Elaboração Própria	FONTE: Plano Decenal de A. Social de São Paulo (PDMAssp)			Fonte: IBGE/ SIDRA	Fonte: Habitasampa	
SUBPREFEITURA	IDHM	IDHM EDUCAÇÃO	IDHM LONGEVIDADE	RENDA MÉDIA (R\$)		
Campo Limpo	0.783	0.670	0.883	2,193.07	<div style="display: flex; flex-direction: column; align-items: center;"> <div style="display: flex; align-items: center; margin-bottom: 5px;"> MAIORES ÍNDICES </div> <div style="display: flex; align-items: center; margin-bottom: 5px;"> MENORES ÍNDICES </div> <div style="display: flex; align-items: center;"> SEM DESTAQUE </div> </div>	
M'Boi Mirim	0.716	0.646	0.813	2,100.00		
Vila Mariana	0.938	0.878	0.939	9,142.66		
Santo Amaro	0.909	0.822	0.926	4,945.28		
Parelheiros	0.680	0.610	0.776	1,522.37		
Elaboração Própria	Fonte: PNUD; FIP; IPEA, 2013;			Fonte: REDE NOSSA SÃO PAULO		

Começando a análise pelos índices mais baixos de assentamentos precários na Zona Sul, Santo Amaro e Vila Mariana possuem os maiores índices de desenvolvimento. O baixo número de assentamentos nas regiões atrai moradores de renda alta, que por sua vez atraem serviços que demandam poder de compra maior, como por exemplo, a educação privada, o que produz elitização na cidade.

Na análise anterior, vimos que o baixo número de assentamentos contribui para o alto desenvolvimento de uma região. Porém, não é o que acontece com Parelheiros, que está sempre destacado como um dos piores territórios nos índices que medem desenvolvimento. O principal fator que justifica o baixo número de favelas e cortiços na região, é o indicador de “População Rural”⁷, que mostra a quantidade de pessoas que

Caderno Humanidades em Perspectivas - II Simpósio de Pesquisa Social e II Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial Outubro/2019 286

vivem em Zona Rural⁷, que prejudica o acesso de políticas públicas e seus equipamentos, cultura, saúde, educação e transporte.

A relação morador da cidade/poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo é que desde sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política (ROLNIK, 1994, p. 21).

Uma cidade expressa formas de organização, que possibilitam a estruturação política formalizada, criando relações de representação nas esferas públicas para realizar as atividades que facilitariam e atenderiam às demandas dos habitantes. Mas, utiliza-se disso para ampliar a desigualdade, no surgimento de assentamentos precários, que é justamente o caso de Campo Limpo e M'Boi Mirim.

Ao contrário do que foi visto em Santo Amaro e Vila Mariana, esses dois territórios apresentam um alto número de assentamentos precários e péssimos IDHM's. A situação fica pior ao analisar-se M'Boi Mirim que, mesmo com um dos maiores índices de assentamentos (164), conta com apenas 18 HIS; está na mesma faixa que a avançada região de Santo Amaro, que possui 10, o que evidencia a urgência de uma intervenção das políticas de moradia, a fim de diminuir a desigualdade no território.

Podemos dizer ainda que M'boi Mirim sobressai em um quesito nada agradável, o risco geológico. Segundo o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo), a respectiva região é o lugar com maior risco da cidade, com 12% dos setores de risco. Esse dado clarifica a influência da moradia precária e da falta de intervenção no desenvolvimento do local, mostrando-nos que, quanto maior for o número de assentamentos precários, menor será o desenvolvimento e a preocupação com a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos os aspectos apresentados acima, para dizer que as áreas com maiores índices de assentamentos precários, são as que mais necessitam de habitações de interesse social, por ser o meio de se combater a vulnerabilidade no campo, uma vez que os locais com altos números de HIS, apresentam quadros evolutivos superiores em comparação com as demais localidades caracterizadas pela moradia precária.

A lacuna da Política Habitacional está em não abranger um maior número de territórios atingidos pela precariedade, visto que a mesma não consegue suprir toda a

demanda existente. Esse fato intensifica a vulnerabilidade social. De um lado, a Política Habitacional gera territórios bem desenvolvidos, com infraestrutura, com alta qualidade de vida e segurança, mas de outro, gera territórios extremamente vulneráveis, sem acessibilidade e nem dignidade.

Sendo assim, com a presença das HIS em mais locais precários, diversas famílias teriam enfim o acesso à moradia digna que lhe é de direito. Melhoraria a qualidade de vida de diversas famílias/pessoas, tirando-as de locais cuja permanência as coloque em risco constantemente e fazendo com que essas famílias se desenvolvam adequadamente. Ou seja, a efetivação das habitações de interesse social trará benefícios à população, que terá seu direito assegurado, e ganhos à cidade de São Paulo, uma vez que a reinserção é uma forma contributiva para o desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo, SP: Escola Politécnica da USP, 1995.

ÁREAS DE RISCO GEOLOGICO EM SÃO PAULO disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/IU_Risco_2018_REV.pdf> Acesso em: 27 mar. 2019.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1998.

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. São Paulo, SP: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação, **“Censo Escolar”**, 2018.

BRASIL, Ministério das Cidades, **“Plano Nacional de Habitação”**, 2004.

BRASIL, Ministério das Cidades, **“Política Nacional de Mobilidade Urbana”**, 2005.

CERRI, L.E.S. **Riscos geológicos associados a escorregamentos**: uma proposta para prevenção de acidentes. Rio Claro, SP: Tese de Doutorado - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (IGCE/Unesp), 1993.

CARDOSO, P.Q.F. **A problemática dos assentamentos precários no Brasil urbano e suas interfaces**, São Paulo, SP: Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2016.

DANTAS, A; PEROSA, G. **Expansão escolar na periferia de São Paulo**: o caso de Ermelino *Caderno Humanidades em Perspectivas - II Simpósio de Pesquisa Social e II Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial Outubro/2019* 288

Matarazzo. São Paulo, SP: Revista Confluências Culturais, 2012.

DECRETO N. 6.983, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1935, disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1935/decreto-6983-22.02.1935.html>> Acesso em: 27 mar. 2019.

HOLZ, S; MONTEIRO, T. **Política de Habitação Social e o direito à moradia no Brasil**. Barcelona, ES-CT: Universidade de Barcelona, 2008.

IDHM Educação. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_educacao/> Acesso em: 27 mar. 2019.

IDHM Longevidade. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_longevidade/> Acesso em: 27 mar. 2019.

IDHM Renda. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_renda/> Acesso em: 27 mar. 2019.

JANUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil**: Conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

JANUZZI, P; GUIMARÃES J. **IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas**: uma análise crítica. Campinas, SP: R.B. de Estudos Urbanos e regionais, 2005.

KOGA, D. **Incorporação da topografia social no processo de gestão de políticas públicas locais**. Rio de Janeiro, RJ: Revista de Administração Pública (RAP), 2004.

LEI 16050/14 de 31 de jul. de 2014. Plano Diretor Estratégico de São Paulo. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.PAULO/ORD-16050-2014-Sao-Paulo-SP.html>> Acesso em: 04 abr. 2019.

LEI n. 11.124 de 16 de jun. de 2005. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm > Acesso em 10 abr. 2019.

ONU. Declaração Universal de Direitos Humanos, 1948.

O que é IDHM?. Disponível em:

<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idho/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>> Acesso em: 27 mar. 2019.

Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE), De 1º de Agosto de 2014, Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf > Acesso em: 03 abr. 2019.

Remuneração média por emprego formal na cidade de São Paulo

Disponível em: <https://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/regiao/aricanduva-formosa-carrao/remuneracao-media-do-emprego-formal> > Acesso em 15 mar. 2019.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SÃO PAULO, Prefeitura de. **A dinâmica do IDH-M e suas dimensões e São Paulo entre 2000 e 2010 no Município de São Paulo**. São Paulo, SP, 2017.

SPINK, M. **Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano**. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica - PUC, 2014.

SPOSATI, A. **Plano decenal dos assistentes sociais da cidade de São Paulo**. São Paulo, SP, 2016.